

Desenvolvimento Sustentável: idéias sobre a perspectiva da integração¹

Juliano Varela de Oliveira²

O Desenvolvimento Sustentável é uma proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento com viés puramente econômico. Ele se apresenta nos debates acadêmicos e governamentais como uma nova maneira de combater os problemas sociais de populações pobres e de promover uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas.

Esse novo modelo de desenvolvimento tenta, sobretudo, ir além da perspectiva puramente econômica, considerando outros pilares que sustentam a vida humana. Nesse sentido, questões sociais, políticas, institucionais, tecnológicas, culturais e ambientais também integram o alicerce que fundamenta o desenvolvimento sustentável.

Diante disso, combater a pobreza e proporcionar uma existência digna de vida dos cidadãos e das cidadãs, passa a ser o objetivo principal de toda administração pública comprometida com o bem-estar social. Assim, adotar a perspectiva sustentável do desenvolvimento é tentar superar a tradição de enfrentamento da pobreza através de duas maneiras: somente pela via do crescimento econômico, sem considerar a contento as questões sociais; ou pela via das políticas compensatórias, muitas vezes assistencialistas, capazes até de aliviar os sofrimentos dos excluídos, mas não de resolver os seus problemas definitivamente.

Trabalhar a superação dos problemas sociais de populações pobres requer, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, um trabalho integrado

¹ Texto originalmente escrito para o Programa Natal do Futuro.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN e Chefe do Setor de Elaboração de Projetos da SEMPLA/PMN.

entre agentes institucionais capazes de colocar em prática ações transformadoras da realidade. Unir poder público, setor privado e sociedade civil organizada é o mote de toda iniciativa pública que pretende integrar para desenvolver.

Contudo, a integração no desenvolvimento sustentável deve ir além da relação entre esses agentes institucionais acima mencionados. O procedimento mais adequado para o alcance dos objetivos da sustentabilidade, segundo análise de seus próprios pressupostos, é integrar também as ações práticas, ou seja, é proporcionar a interconexão entre áreas estratégicas, tais como educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda, infra-estrutura urbana, habitação, conservação ambiental, esporte, cultura e lazer. Tudo isso permeado por um planejamento apto a qualificar uma intervenção eficiente e eficaz junto a populações-alvo e a consolidar um padrão de vida mais digno e humano para estas.

Um outro ponto relevante é que, na perspectiva da integração, a questão da inclusão social passa a ser central. É importante concretizar a participação da população da cidade na dinâmica dos processos decisórios, incluindo todos os aspectos e dimensões da vida humana (social, político, institucional, tecnológico, cultural e ambiental). No entanto, isso não é tarefa fácil, principalmente quando se trata de garantir direitos numa realidade como a brasileira, repleta de percalços à cidadania. Mas também não é tarefa impossível, sobretudo quando se tem vontade e iniciativa políticas baseadas em relações mútuas de respeito.

Nesse sentido, aqueles que se encontram desempregados ou subempregados também possuem direitos e precisam vê-los garantidos. A universalização da cidadania, refletida na democratização do acesso a bens e serviços e na superação da pobreza, tem sido uma preocupação central de administrações públicas comprometidas com a consolidação da democracia e da justiça social.

Assim, a inclusão social se apresenta como um processo de atitudes afirmativas, no sentido de inserir, num contexto mais amplo, todos aqueles grupos ou populações marginalizados. A exemplo disso, observamos o importante papel que a juventude pode assumir nesse âmbito, desde que se conquiste condições adequadas para o pleno desenvolvimento desse segmento etário: com educação de qualidade, saúde pública eficiente, atividades culturais, espaços para o esporte e lazer, etc.

O trabalho integrado considera importante a articulação entre as áreas estratégicas da educação, da cultura, do esporte-lazer e do meio ambiente, haja vista a relevância dessas áreas para a valorização da cidadania e da capacidade que a relação entre elas tem de proporcionar uma efetiva inclusão social da população a ser beneficiada.

A educação é vista como um processo capaz de construir uma sociedade mais justa, libertando o homem de determinismos e fazendo-o reconhecer o papel da *história* e da *identidade cultural* como práticas pedagógicas importantes à concretização de uma vida melhor para todos. Respeitando a história e a identidade cultural de cada povo, é possível o fortalecimento da cidadania, na medida em que se garante uma verdadeira comunicação entre atores sociais que compartilham de uma mesma existência. A educação é, portanto, o caminho para o conhecimento do mundo e da realidade, capaz de levar o homem à transformação.

A união entre educação e cultura é algo intrínseco a todo processo de transformação de uma dada realidade. Essa relação é libertadora; traz para as pessoas informação e conhecimento, além de instigar a criatividade e de proporcionar, também, momentos lúdicos e de entretenimento. Mas o mais importante a ser destacado nessa relação, é a necessidade de se democratizar o acesso de populações carentes aos bens culturais de um povo. É preciso ir além

dos espaços elitizados já existentes, que em muitas ocasiões restringem o consumo da produção cultural de um lugar somente a uma pequena parcela da sociedade, ou seja, àquela que possui condições econômicas de consumo. É preciso, sobretudo, proporcionar aos cidadãos e cidadãs experiências culturais de aprendizagens.

A sociedade natalense como um todo, por exemplo, precisa alcançar a produção cultural de sua cidade, de seu próprio povo. E para isso, são necessárias a ampliação dos espaços voltados para a realização de atividades culturais e a garantia da realização dessas atividades, bem como a implementação de uma política pública capaz de garantir o acesso de populações de baixa renda à produção cultural de Natal.

A necessidade de ampliação de espaços voltados para o entretenimento da população natalense não é uma demanda que se restringe somente à área cultural. Ela se estende às questões relacionadas ao esporte-lazer e ao meio ambiente. Estas devem ser vistas como fatores que também contribuem ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social.

A garantia de acesso da população de uma cidade ao esporte-lazer é um indicador de valorização da cidadania, uma vez que oportuniza aos cidadãos e cidadãs a possibilidade do cuidado com o corpo e um convívio comunitário em torno da prática desportiva, oferecendo, ao mesmo tempo, entretenimento e saúde pública. Além disso, é mais uma alternativa para a ascensão profissional de atletas e esportistas.

Ainda nesse âmbito, a preservação ambiental é um item de considerável relevância para o mundo atual. Vivemos no limiar de um colapso ambiental, dado o desgaste histórico dos recursos naturais oriundo de um modelo de desenvolvimento predatório. Com a adoção do modelo de desenvolvimento sustentável, as administrações públicas comprometidas com uma nova

metodologia de intervenção tentam dar conta dessa problemática ambiental, criando estratégias de preservação e/ou de conservação.

Unindo essas duas questões, a do esporte-lazer e a da preservação/conservação ambiental, no caso específico da cidade do Natal, podemos observar uma favorável ambiência ao desenvolvimento dessas atividades, na medida em que a cidade possui uma demanda expressiva para a construção de equipamentos sociais voltados à prática desportiva, principalmente junto à população juvenil; bem como um eloqüente conjunto de recursos naturais, geralmente explorados pela atividade turística.

Natal é uma cidade onde prevalece a prática de um turismo que privilegia os recursos naturais da cidade. Situada numa região rica em praias, dunas, rios, vegetação, dentre outros atributos, a capital do Rio Grande do Norte carece, contudo, de espaços onde se possa conhecer mais sobre esses recursos naturais e estabelecer dinâmicas de educação sanitária e ambiental.

Assim, pelo caminho da integração entre agentes institucionais e ações práticas, os governos comprometidos com o bem-estar dos cidadãos e cidadãs podem mudar, com sustentabilidade, realidades caóticas de comunidades carentes, promovendo a redução das desigualdades sociais, a requalificação urbana e ambiental de áreas degradadas e a inclusão social de sua gente.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (Coleção Leitura).

OLIVEIRA, Juliano Varela de. **A participação no desenvolvimento sustentável**. Natal: Base de Pesquisa Estado e Políticas Públicas/UFRN; Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2001.

PAULICS, Veronika (org). **125 dicas para a ação municipal**. São Paulo: Polis, 2000.

XAVIER, Hélia Nacif. Regularização de favelas e loteamentos na pauta dos municípios. In: **Curso Regularização Fundiária e Urbanística de Assentamentos Irregulares**. Natal: IBAM, 2005.